



Inserção às Políticas Públicas no Município de Capitão Poço: Aquisição Governamental através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Insertion of Public Policies in the Municipality of Capitão Poço: Government Procurement through the National School Feeding Program (PNAE)

PENICHE, Tiago Farias¹; SOUSA, Ruth Kerlen Rodrigues de¹; SOUZA, Maria do Socorro Pires¹; OLIVEIRA, Krishna de Nazaré Santos de¹; COSTA, Ana Paula Dias¹

¹Universidade Federal Rural da Amazônia, tiagofarias122@gmail.com; ruthkerlenrodrigues@gmail.com; socorropiressouza@gmail.com; krishna.oliveira14@gmail.com; coataapdc@gmail.com

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros às entidades executoras do programa para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos matriculados no ensino básico das escolas públicas e filantrópicas. Tem-se como objetivo avaliar a situação de inserção do Programa no contexto administrativo do município de Capitão Poço – PA. O estudo foi realizado no município de Capitão Poço localizado no Estado do Pará, pertencente à mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do Guamá. O FNDE no ano 2017 disponibilizou um montante de R\$ 1.196.470,00 reais para a aquisição de produtos destinados a merenda escolar do município de Capitão Poço, deste valor, R\$ 462.902,70 reais foram utilizados para a compra de produtos provenientes da agricultura familiar correspondente a 38,75% do total utilizado. Ressalta-se que todos os fornecedores da agricultura familiar são oriundos do município em questão. Um dos principais fatores de sucesso para a construção dos mercados institucionais é a necessidade de organização e cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas, e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados. Além disso, a organização da agricultura familiar facilita a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural Segundo. Os valores expressos acima apontam um valor de 38,75% destinados a compra de produtos oriundos da agricultura familiar estimando que o município está cumprindo a exigência mínima de 30% de acordo com a lei 11.947/2009.

Palavras-chave: Mercados Institucionais; Crédito Rural; Agricultura Familiar.

Abstract: The National School Feeding Program is managed by the National Education Development Fund (FNDE) and aims to transfer financial resources to the executing agencies of the program to partially meet the nutritional needs of students enrolled in elementary school education public and philanthropic. The objective is to evaluate the insertion of the Program in the administrative context of the municipality of Capitão Poço - PA. The study was carried out in the municipality of Capitão Poço located in the State of Pará, belonging to the mesoregion of northeastern Pará and the microregion of Guamá. The FNDE in the year 2017 made available an amount of R \$ 1,196,470.00 reais for the purchase of products destined for school meals in the municipality of Capitão Poço, of this amount, R \$ 462,902,70 reais were used to purchase products from family farming. corresponding to 38.75% of the total used. It should be noted that all suppliers of family agriculture come from



the municipality in question. One of the main success factors for the construction of institutional markets is the need for organization and cooperation among farmers, with their representative entities, and finally with the public authorities to access the markets. In addition, the organization of family agriculture facilitates the performance of Technical Assistance and Secondary Rural Extension. The above amounts indicate a value of 38.75% for the purchase of products from family agriculture, estimating that the municipality is meeting the minimum requirement of 30% in accordance with Law 11,947 / 2009.

Keywords: Institutional Markets; Rural Credit; Family farming.

Introdução

Por meio da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) possibilitou-se a descentralização e democratização da gestão pública, do acirramento dos conflitos pela posse na terra e da mobilização social, criando-se então, em 1996, o Programa Nacional do Fortalecimento Familiar (PRONAF), que visa proporcionar crédito rural em condições que favoreçam todos os agricultores familiares, assentados ou não (CAMARGO, 2013).

O termo “agricultura familiar” começou a ser difundido no Brasil em meados da década de 1990 através do PRONAF, tem sido alvo de muitos estudos no meio acadêmico e na criação de políticas públicas (PAULA, 2014). Dentre estas políticas, destacam-se aquelas relacionadas à abertura de mercados institucionais para os agricultores familiares, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir dessas ações, passa-se a rever o papel das compras governamentais no sentido de torná-las instrumentos estatais de incentivo e de criação de mercados para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, promotoras de segurança alimentar e viabilizadoras de melhorias na qualidade da alimentação da população, público de tais políticas (TRICHES, 2015).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros às entidades executoras do programa para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos matriculados no ensino básico das escolas públicas e filantrópicas (BRASIL, 2009).

O PNAE diz respeito à obrigatoriedade de adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme lei nº 11.947, de 2009. O Artigo 14 da referida lei estabelece os recursos a serem gastos na compra de produtos da agricultura familiar, tornando imperativa a utilização de no mínimo 30% do valor remetido pelo FNDE (estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais) do PNAE.



O Artigo 3º da mesma lei determina que se priorizem as compras de produtos produzidos no âmbito municipal, o que contribuiria para o desenvolvimento local. Não sendo possível, deve-se estabelecer a seguinte ordem decrescente de prioridade: compra de agricultores da região, do território rural, do Estado e, finalmente, de outros Estados.

A partir da Resolução nº 50 de 26 de setembro de 2012, a modalidade Compra Institucional passou a funcionar através de Chamadas Públicas, nos moldes do funcionamento do PNAE, que tem como vantagem a dispensa de licitação e a liberdade do produtor entregar os produtos que tem disponível no momento (CAMARGO, 2013).

Inicialmente cada portador de Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP podia entregar até R\$ 9.000,00 por ano em produtos para o PNAE. Em 2012 esse montante passou para R\$ 20.000,00, tornando esse programa mais atraente em termos financeiros do que o PAA. Mas, por ser um programa coordenado pelas prefeituras municipais através de chamadas públicas, em que o produtor se compromete a entregar uma quantidade fixa de produtos semanalmente, sua operacionalização demanda maior capacidade de gestão e organização dos agricultores (CAMARGO, 2013).

A partir do exposto, tem-se como objetivo deste artigo avaliar a situação de inserção do Programa no contexto administrativo do município de Capitão Poço - PA.

Metodologia

O estudo foi realizado no município de Capitão Poço que está localizado no Estado do Pará, pertencente à mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do Guamá, com as coordenadas geográficas 01°44'54" de latitude Sul e 47°03'42" de longitude oeste do Meridiano de Greenwich (OLIVEIRA, 2016). Possui uma população estimada de 52.616 habitantes, tendo uma área de 2.899.553 km² (IBGE, 2014). Segundo PNUD (2010), tem um IDH de 0,548, considerado baixo.

A economia está fortemente ligada à agricultura, predominando a agricultura familiar, sendo esta bem diversificada, tanto em atores sociais quanto em produção. Atualmente predominam as culturas da Pimenta do Reino (*Piper Nigrum*), Feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), Mandioca (*Manihot Esculenta*), laranja (*Citrus sinensis*) dentre outras frutas e legumes (SOARES, 2015).

A análise partiu uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Prodanov & Freitas (2013, p. 69), pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Já a pesquisa qualitativa considera que há uma relação



dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa documental com dados oficiais fornecidos pela prefeitura municipal e obtidos no sitio virtual do FNDE referente ao ano de 2017.

Resultados e discussões

O FNDE no ano 2017 disponibilizou um montante de R\$ 1.196.470,00 (um milhão cento e noventa e seis mil quatrocentos e setenta reais) para a aquisição de produtos destinados a merenda escolar do município de Capitão Poço, deste valor, R\$ 462.902,70 (quatrocentos e sessenta e dois mil novecentos e dois reais e setenta centavos) foram utilizados para a compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Considerando que o saldo foi de aproximadamente R\$ 2.000 (dois mil reais), o montante destinado à agricultura familiar corresponde a 38,75% do total utilizado. Ressalta-se que todos os fornecedores da agricultura familiar são oriundos do município em questão.

De acordo com Paula (2014), a forma de tratamento para com os agricultores no Brasil era a mesma, onde médios e grandes produtores sempre tiveram acesso ao crédito rural, que se mostrou até então seletivo e concentrador de renda. Os pequenos agricultores sempre ficaram à margem das políticas públicas. Ainda segundo a autora, este fato começou a mudar a partir da criação de programas como o Pronaf e, no caso do estudo em questão, com a ativa articulação de produtores por meio de associações.

A economia local está fortemente ligada à agricultura predominando a agricultura familiar, neste contexto, a confirmação do cumprimento mínimo da lei pela administração do município se mostra de grande relevância, uma vez que, proporciona dinamismo na economia local.

Para além dos benefícios voltados aos agricultores familiares locais, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para compor a alimentação escolar das redes públicas de ensino proporciona uma melhoria na qualidade da alimentação oferecida a este público além de favorecer o fortalecimento da cultura local.

Vale ressaltar que os benefícios da aplicação da lei são inúmeros e de ampla abrangência, portanto, para que estas melhorias sejam cada vez mais relevantes e alcance um número maior de beneficiados, recomenda-se que a administração do município lance mão de estratégias junto aos agricultores familiares de modo que estes possam produzir de forma mais diversificada e com qualidade, possibilitando



que prefeitura possa adquirir muito mais que o mínimo de 30% exigido por lei da agricultura familiar local.

Assim, observa-se que a agricultura familiar pode trilhar caminhos diferentes e que cabem novos desafios para o desenvolvimento rural, que vão desde o entendimento da dinâmica da cultura local, passam pela organização, pela assistência técnica da produção e chegam ao mercado (PAULA, 2014). Ainda segundo a autora ressalta-se que, para implementar os programas ligados aos mercados institucionais, será sempre necessário contar com o compromisso efetivo dos atores sociais envolvidos no processo, isto é, a comunidade escolar, os agricultores familiares, os representantes das escolas e, principalmente, os gestores públicos, na busca de uma sociedade mais justa.

Um dos principais fatores de sucesso para a construção dos mercados institucionais é a necessidade de organização e cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas, e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados. Além disso, a organização da agricultura familiar facilita a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural Segundo (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Conclusões

Os valores expressos acima apontam um valor de 38,75% destinados a compra de produtos oriundos da agricultura familiar estimando que o município está cumprindo a exigência mínima de 30% de acordo com a lei 11.947/2009.

Executar programas que viabilizem uma ligação entre a agricultura familiar e os mercados institucionais é um importante estímulo para a diversificação da produção e aumento de sua renda. Além de proporcionar a sociedade acesso a alimento de qualidade e com certeza de origem.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jun. 2009.

CAMARGO, R. A. L. de.; BACCARIN, G. J.; SILVA, D. B. P. da.; O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara, SP. v. 8, n. 2, 2013.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas de população**. 01 de julho de 2014. Consultado em 13 de Outubro de 2018.

OLIVEIRA, F. J.; FARIAS, P. R. S; SILVA, A. G; RODRIGUES, K. C. V.; ARAUJO, F. C. B. Distribuição espacial da leprose dos citros na Amazônia Oriental. **Revista Ciência Agrônômica**, v. 47, n. 1, p. 56, 2016.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, n.1, p. 33-43, 2014.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Editora Feevale: Novo Hamburgo, RS. 2013.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010) **Ranking IDHM municípios**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>: Acesso 26 maio 2018.

SOARES, A.H; NETO, R.M.C.de; SANTOS, C.S.dos; FURTADO, L.L; NOBRE, H.G. **Construção do conhecimento agroecológico: a experiência do coletivo de criação de galinha caipira no assentamento Carlos Lamarca, Capitão Poço-PA**, 2015.

TRICHES, M. R.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, nº. 26, p. 10-27, ed. Esp. 2015.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, RJ. V. 1, p. 66-106, 2012.